



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 19ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Às nove horas e trinta minutos do dia 18 de dezembro de 2000, na sala 605 do edifício-
2 sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Plenário do CONARQ,
3 estando presentes os seguintes Conselheiros: Jaime Antunes da Silva, Presidente;
4 representantes do Poder Executivo Federal: Luiz Augusto da Paz, do Ministério da
5 Defesa e Oswaldo Noman, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
6 (titulares); representantes do Poder Judiciário Federal: Rosemary de Almeida, do
7 Supremo Tribunal Federal (titular) e Regina Lúcia Brandão Jaeger, do Tribunal
8 Superior do Trabalho (suplente); representantes do Poder Legislativo Federal: Francisco
9 Maurício da Paz, do Senado Federal e Kátia Isabelli de Bethânia Melo de Souza, da
10 Câmara dos Deputados (titulares); representantes do Arquivo Nacional: Maria Izabel de
11 Oliveira (titular); representantes dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal:
12 Jessie Jane Vieira de Sousa, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (titular);
13 representante dos Arquivos Públicos Municipais: Ana Célia Rodrigues, do Arquivo
14 Público e Histórico da Cidade de Campinas (suplente); representante da Associação dos
15 Arquivistas Brasileiros: Mariza Bottino (titular); representante de instituições
16 mantenedoras de instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia, Maria
17 Odila Kahl Fonseca, da Universidade Federal Fluminense (titular); representantes de
18 instituições não-governamentais da área de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a
19 fontes documentais: Lana Lage da Gama Lima, da Associação Nacional de Professores
20 de História - ANPUH (titular); Antonio Carlos de Souza Lima, da Associação Nacional
21 de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (suplente) e Luciana
22 Quillet Heymann, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
23 do Brasil (titular). Justificaram suas ausências: Maria Inês Gonçalves de Oliveira
24 Muller, do Tribunal Superior Eleitoral (titular), Zeneide de Souza Pantoja, do Arquivo
25 Público do Distrito Federal (suplente) e Maria Celina D'Araújo, da Associação Nacional
26 de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (titular). Foi convidada

27 para Secretariar os trabalhos da 19ª reunião do CONARQ, Marilena Leite Paes,
28 assessora do Diretor-Geral do Arquivo Nacional. Abrindo a sessão, o Presidente deu as
29 boas vindas aos Conselheiros e informou que, tendo presente o curto espaço de tempo
30 ocorrido entre as 17ª e 18ª reuniões, realizadas em dezembro passado, e as 19ª e 20ª
31 reuniões que ocorrerão hoje e amanhã, inviabilizaram o preparo de atas completas,
32 como de costume. Decidiu-se pela elaboração de extratos das principais matérias
33 tratadas nas citadas 17ª e 18ª reuniões, bem como das deliberações tomadas naquela
34 oportunidade. A propósito, o Presidente sugeriu para dar mais agilidade à divulgação
35 das deliberações do CONARQ, que esse procedimento se tornasse uma praxis. Assim,
36 os extratos das atas poderão ser disponibilizados na home-page do CONARQ, dentro do
37 mais curto espaço de tempo possível, juntamente com as agendas das reuniões, que
38 também serão divulgadas na home-page. Necessitando-se de informações mais
39 detalhadas das discussões ocorridas nas reuniões, os Conselheiros poderão recorrer às
40 gravações que continuarão a ser realizadas. Isto posto, o Presidente passou à leitura do
41 Extrato da 17ª reunião ordinária, realizada no dia 10 de outubro de 2000. Durante a
42 leitura foram propostas alterações nos itens: O Arquivo Público Municipal de Campos
43 dos Goytacazes, Documentação da Rede Ferroviária Federal e Jurisdição Arquivística,
44 que receberam nova redação preparada pelas Conselheiras Lana Lage da Gama Lima,
45 Maria Izabel de Oliveira e Luciana Q. Heymann, respectivamente. Continuando, o
46 Presidente passou ao item 5 - Normas nacionais de descrição arquivística. Esclareceu
47 que a deliberação para a constituição da Câmara Técnica ainda não fora cumprida em
48 razão das sondagens que a Coordenação do CONARQ vem realizando junto a
49 especialistas e instituições, indispensáveis à sua composição. A seguir, o Presidente
50 prestou informações e esclarecimentos complementares posteriores à realização da
51 reunião. Informou que desejava instalar a referida Câmara, no mês de março,
52 considerando que o Arquivo Nacional estava planejando, para os meses de abril ou
53 maio, a realização de um curso com o americano Michael Fox, considerado um dos
54 maiores especialistas da EAD - Encoded Archival Description, utilizada nos Estados
55 Unidos e com forte tendência de utilização na Europa. Informou ainda que estava sendo
56 programado, para junho de 2002, no Rio de Janeiro, um Seminário sobre o assunto e
57 uma reunião do Comitê de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos, data esta
58 determinada pelo Ministro da Casa Civil para a inauguração da restauração do conjunto
59 arquitetônico do Arquivo Nacional, possivelmente pelo Presidente da República,
60 garantindo-se, assim, a participação nesse evento de renomados especialistas nacionais e

61 estrangeiros. Também para junho de 2002 está sendo planejada a realização de um
62 encontro acadêmico com profissionais da área de documentação, para discussão de
63 acervos relativos à imigração, a ser desenvolvido com a Universidade do Estado do Rio
64 de Janeiro, com a participação de convidados estrangeiros, que estudam esse tema no
65 Brasil. A idéia, na UERJ, é que a Universidade se transforme num espaço de encontro
66 de culturas. A programação incluiria manifestações culturais, tais como comida, danças,
67 moda etc. dos diversos povos que imigraram para o país e influenciaram a nossa cultura.
68 A idéia dessa iniciativa é obter recursos para apoiar projetos ligados à coleta de dados
69 sobre imigração. Lembra que, há três anos atrás, o Arquivo Nacional fez um ensaio
70 sobre imigração, em Juiz de Fora, no Paraná, em diversas regiões de Minas Gerais, e
71 que evidenciou a existência de farta documentação dispersa. A concepção desse projeto
72 é interessante uma vez que reuniria informações, identificando, pelo menos, onde elas
73 estão e viabilizando, ainda, a organização, no Arquivo Nacional, de uma grande
74 exposição sobre este país que se forma, em decorrência do fluxo imigratório, com a
75 influência de tantas raças. Ainda a propósito da Câmara Técnica de Descrição
76 Arquivística, acrescentou que a mesma ensinará, também, a revisão e atualização de
77 alguns conceitos como, por exemplo, a terminologia. A propósito, informou que o
78 grupo de trabalho do Arquivo Nacional retomou a revisão da terminologia arquivística,
79 iniciada há alguns anos atrás, por um grupo de profissionais da Associação dos
80 Arquivistas Brasileiros, como Maria Odila Fonseca, Maria Amélia Porto Miguéis,
81 Lourdes Costa e Souza, Marilena Leite Paes, entre outros, e que resultou na edição, em
82 1988, da NBR 10159, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT,
83 evidentemente já defasada. O atual grupo de trabalho do Arquivo Nacional procurou
84 juntar, entre outras, a proposta da versão de terminologia feita por Maria Odila e Maria
85 Amélia Miguéis, que integravam o grupo do Dicionário, a proposta apresentada pelos
86 alunos de especialização da Universidade Federal da Bahia - UFBA, duas versões de
87 São Paulo, e uma versão de um grupo português. Está previsto, para o mês de março de
88 2001, o lançamento da primeira versão da terminologia arquivística preparada pelo atual
89 grupo de trabalho do Arquivo Nacional. Uma vez aprovada pelo CONARQ, tentaríamos
90 uma aproximação com Portugal e países lusófonos: Angola, Moçambique, Cabo Verde,
91 São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor para, feitos os ajustes das concepções
92 diferentes, apresentar uma proposta de terminologia arquivística dos países lusófonos ao
93 Conselho Internacional de Arquivos - CIA para que o mesmo possa lançar uma
94 terminologia oficial em língua portuguesa. Concluiu informando que a apresentação da

95 primeira versão da terminologia poderia ser incluída na agenda da próxima reunião do
96 CONARQ, com previsão para o mês de março. Considerando tratar-se de matéria
97 bastante volumosa, a coordenação do CONARQ remeteria a terminologia via e-mail.
98 Quanto à constituição da Câmara Técnica de Descrição Arquivística, o Presidente
99 ratificou as informações prestadas no início desta explanação. Informado pela Secretária
100 Marilena Paes de que o relato prestado na última reunião pela Conselheira Rosemary de
101 Almeida, representante do Poder Judiciário e presidente do Grupo de Trabalho sobre
102 Arquivos do Poder Judiciário, deixou de ser incluído no Extrato da 17ª Reunião do
103 Conselho, por falha sua no momento da elaboração, pelo que apresentou seu pedido de
104 desculpas, o Presidente deu a palavra à Conselheira Rosemary para fazer um resumo de
105 seu pronunciamento naquela oportunidade, a propósito das atividades que vêm sendo
106 desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho que preside. A Conselheira Rosemary destacou,
107 dentre os trabalhos que o grupo vem desenvolvendo, a organização do primeiro
108 congresso para tratar de temas de interesse dos arquivos judiciários. Esta iniciativa
109 deve-se ao grande êxito obtido pela mesa redonda realizada sobre o tema durante o XIII
110 Congresso Brasileiro de Arquivologia, na cidade de Salvador (BA), de 18 a 20 de
111 outubro de 2000. Em seguida o Presidente procedeu à leitura do item do Extrato da 17ª
112 reunião que se refere à atualização do Código de Classificação e da Tabela de
113 Temporalidade e Destinação de Documentos, indagando da Conselheira Maria Izabel e
114 dos demais Conselheiros se teriam alguma alteração a apresentar. Não havendo
115 nenhuma manifestação, o Presidente prestou esclarecimentos sobre as providências que
116 vêm sendo tomadas para a preparação do texto, visando a substituição da versão que
117 está na home-page do CONARQ, bem como para sua edição também em papel.
118 Concluída a apreciação e aprovação do Extrato da 17ª Reunião, com as alterações dos
119 itens 5, 6, 7 e 8 sugeridas pelos Conselheiros, o Presidente deu início à leitura do
120 Extrato da 18ª Reunião, acrescentando informações complementares, algumas ocorridas
121 após a reunião. A propósito do item 2 Comissão Especial para criação de "sites" na
122 Internet, mais precisamente sobre a deliberação 2.2.1 que propõe a constituição de uma
123 Comissão Especial com a finalidade de examinar o "Livro Verde", editado como parte
124 do Programa Sociedade da Informação, o presidente informou que a Coordenação do
125 CONARQ já iniciou as sondagens junto aos profissionais indicados para compor a
126 referida Comissão, bem como encaminhou correspondência à Drª Maria Lúcia Carvalho
127 Pinto de Melo, informando sobre a constituição da nossa Comissão, que deverá
128 apresentar, até março, as sugestões da comunidade arquivística a serem incluídas no

129 Livro Branco, última versão do documento. O Presidente esclareceu, ainda, que as
130 sugestões da Comissão Especial antes de serem remetidas ao Ministério da Ciência e
131 Tecnologia, serão submetidas ao Plenário do CONARQ para alterações, se for o caso, e
132 aprovação. Uma vez aprovadas pela Comissão, poderão ser colocadas na home-page do
133 CONARQ para receber sugestões. Solicitou, também, que os Conselheiros examinem o
134 Livro Verde e remetam à Comissão Especial, em fase de criação, as sugestões e
135 observações que julgarem importantes constar do Livro Branco. Lembrou que o
136 Programa Sociedade da Informação envolve muito dinheiro. Assim, alertar o Governo
137 para o papel estratégico dos arquivos pode resultar na destinação de recursos
138 significativos para o desenvolvimento do Censo dos Arquivos Brasileiros, dos "sites" de
139 instituições arquivísticas e outros programas e projetos importantes para os arquivos
140 como, por exemplo, a capacitação profissional. A propósito do item 4 Consolidação da
141 legislação... solicitou retificação do nome dos órgãos do Governo Federal que estão
142 desenvolvendo esse trabalho e prestou esclarecimentos sobre as duas deliberações
143 apresentadas: a primeira, referente à solicitação aos Conselheiros para encaminharem ao
144 CONARQ suas sugestões para subsidiar os representantes do Arquivo Nacional junto ao
145 Subcomitê. O CONARQ não recebeu nenhuma sugestão. A segunda, referente à
146 remessa, pelo CONARQ, de correspondência a cada Câmara Técnica e Comissão
147 Especial para procederem à análise da consolidação da legislação... e se manifestarem a
148 respeito. O CONARQ não remeteu a correspondência, considerando que alguns
149 membros das Câmaras Técnicas e Comissões Especiais integram o Subcomitê de
150 Estudos da Legislação. Ainda a propósito do material, o Presidente prestou informações
151 detalhadas sobre a consolidação dos Decretos nº 1.173, de 29-4-54; nº 1.461, de 25-4-
152 95; nº 2.182, de 20-3-97 e nº 2.942, de 18-1-99, historiando os fatos que lhe deram
153 origem, o seu desenvolvimento, o seu encaminhamento à Subchefia de Assuntos
154 Jurídicos da Presidência da República e o estágio atual em que se encontra. Em seu
155 relato, o Presidente ressaltou as razões pelas quais os decretos que tratam dos
156 documentos sigilosos e da segurança da informação foram objeto de consolidação
157 própria, com base na proposta encaminhada pelo Comitê Gestor da Segurança da
158 Informação. Relatou as discussões havidas no Comitê Gestor sobre a questão dos prazos
159 associados às categorias de documentos previstas no Decreto nº 2.134/1997, bem como
160 sobre a abrangência do mesmo. Segundo o Comitê, o Decreto que está sendo objeto da
161 consolidação deverá se restringir apenas ao Poder Executivo Federal, com o que o
162 Presidente e os Conselheiros não concordam. Resumindo, o Presidente ficou de levar ao

163 Comitê a posição do CONARQ, conforme se segue: que os prazos previstos no Decreto
164 nº 2.134, sejam mantidos e utilizado o mecanismo da desclassificação quando
165 necessário; que o decreto tenha aplicação também nos Poderes Legislativo e Judiciário.
166 A despeito desses esclarecimentos e sugestões, a matéria será objeto de análise durante
167 a reunião de amanhã, quando se discutirá também o Decreto sobre documentos
168 eletrônicos. Dando continuidade à análise do Extrato da 18ª reunião, o Presidente
169 colocou em discussão o item 5. Plano Plurianual de trabalho do CONARQ, iniciando à
170 leitura das diretrizes e ações que o compõe, prestando os esclarecimentos necessários a
171 sua correta compreensão. Programa de apoio ao desenvolvimento dos arquivos
172 brasileiros. Trata-se de um Programa inspirado no da Harvard University. Está se
173 criando, junto à Associação Cultural do Arquivo Nacional - ACAN, com a participação
174 da Fundação Vitae, um pequeno fundo de auxílio aos arquivos, a partir do programa de
175 bibliotecas e arquivos da Mellow Foundation, coordenado por Ingrid Beck, para atender
176 não só aos arquivos como também às bibliotecas. Esta iniciativa está ainda sendo
177 consolidada e poderá se transformar no embrião de um projeto maior do que se havia
178 previsto. Por esta razão há que se alterar o cronograma, transferindo-se de 2000 para
179 2001 as ações a serem realizadas. Rede Nacional de Informações Arquivísticas. O
180 Presidente disse que esse item, de certa forma se entrelaça com o item seguinte, Censo
181 de Arquivos Brasileiros: públicos e privados. O Presidente falou, então, longamente
182 sobre o censo e seus desdobramentos. As ações dessas atividades deverão ser
183 desenvolvidas de 2000 a 2004. Respondendo à Conselheira Lana Lage, o Presidente
184 informou que, em maio/junho, o formulário, a base de dados, as especificações de
185 equipamentos necessários para rodar a base e demais instruções, já deverão estar
186 prontos para serem migrados para os estados. Lembra que, uma vez implantadas as
187 bases, cada estado ficará responsável pela sua atualização. Criação de sites de
188 instituições arquivísticas. A Comissão constituída para elaborar as normas para a
189 criação dos sites concluiu sua missão, devendo apresentar os resultados de seu trabalho
190 na sessão desta tarde. Se aprovado, deverá constar da home-page do CONARQ -
191 publicações virtuais, a exemplo da publicação sobre política municipal de arquivos e a
192 de recomendações para construção de arquivos. Divulgação: legislação arquivística. Já
193 está disponível na home-page e deverá ser objeto de atualização constante, conforme
194 indica o cronograma. A Conselheira Kátia indaga se a legislação ou outros atos
195 importantes dos Estados e Municípios também poderiam ser incluídos nesse site de
196 legislação arquivística. O Presidente respondeu afirmativamente, desde que as matérias

197 já fossem enviadas ao CONARQ por e-mail ou em disquete. O Conselheiro Oswaldo
198 Noman chamou a atenção para a importância da atualização da home e que muitas
199 vezes, como no caso de seu Ministério, há necessidade de se contratar firma
200 especializada para esse fim. Distribuição da Publicação Subsídios para a implantação de
201 uma política municipal de arquivos. A Coordenação do CONARQ está preparando
202 disquetes, contendo as etiquetas e os textos de correspondência que deverão ser
203 encaminhados aos arquivos estaduais para distribuição dessa publicação, em final de
204 fevereiro, início de março. Revisão da Lei nº 8.159/1991. O Presidente justificou a
205 inclusão desse item no programa de trabalho do CONARQ, destacando os pontos que,
206 no seu entendimento, poderiam ser aperfeiçoados ou mesmo alterados. Alertou, porém,
207 que essa revisão, poderia colocar em risco algumas conquistas já alcançadas, face a
208 algumas questões levantadas e ainda não solucionadas como, por exemplo, a ação da
209 OAB alegando inconstitucionalidade dos dispositivos que tratam dos prazos de sigilo.
210 Uma questão que vez por outra é trazida à discussão refere-se à vinculação do
211 CONARQ ao Arquivo Nacional, uma vez que os Conselhos são vinculados diretamente
212 aos Ministros de Estado. Outro item, igualmente discutível, refere-se aos arquivos
213 privados de interesse público. Diz a Lei que seus proprietários estão impedidos de levá-
214 los para fora do país. Trata-se, nesse caso, de cerceamento de propriedade. Isto posto,
215 diante das ponderações apresentadas, e em decorrência das mudanças estruturais por
216 que vem passando o Arquivo Nacional, a Conselheira Izabel sugeriu que esse item fosse
217 retirado do plano de trabalho e apresentado novamente em época mais oportuna.
218 Programa de Marketing. Todos os Conselheiros concordaram com a proposta de
219 criação, em 2001, de um Grupo de Trabalho para elaborar uma campanha de Marketing,
220 visando a divulgação da importância dos arquivos nos diferentes setores da sociedade.
221 Sugeriu-se, também, um encontro com a Secretaria de Comunicação de Governo da
222 Presidência da República, com vistas ao desenvolvimento de um programa em
223 cooperação. Outra estratégia a ser adotada, seria aproveitar a oportunidade da
224 restauração do complexo arquitetônico do Arquivo Nacional para incluir, na divulgação
225 a ser promovida pelas instituições patrocinadoras desse projeto, mensagem sobre a
226 importância dos arquivos para o Estado, para os cidadãos, enfim, para os pesquisadores.
227 Terminologia Arquivística. O Presidente informou que o plano de trabalho prevê a
228 criação de uma Comissão Especial de Terminologia Arquivística, visando a
229 consolidação de um dicionário único para o Brasil, a partir da proposta elaborada pelo
230 Arquivo Nacional, sobre a qual já prestara informações no início desta sessão. Depois

231 de discutida a matéria, concluiu-se que, em lugar de se designar mais uma Comissão no
232 CONARQ, deveriam ser adotados os seguintes procedimentos: - tão logo o Grupo do
233 Arquivo Nacional terminasse o trabalho, o mesmo seria remetido, via e-mail, a todos os
234 Conselheiros para exame e apresentação de sugestões, a serem remetidas à Conselheira
235 Maria Odila K. Fonseca, que, consultada, aceitou, na qualidade de relatora da matéria, a
236 incumbência de sistematizar o material que lhe fosse encaminhado. Aprovou-se, ainda,
237 disponibilizar a terminologia arquivística a consulta pública por período a ser
238 estabelecido oportunamente. As proposições decorrentes da consulta pública seriam
239 selecionadas e analisadas, com o objetivo de se decidir pela sua inclusão ou não na
240 consolidação da terminologia. Concluída essa etapa, o CONARQ poderia promover
241 uma reunião com os grupos envolvidos com trabalhos de terminologia, antes de
242 submetê-lo à aprovação do Plenário. Sugeriu-se, por último, que fosse enviado ofício à
243 Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que também dispõe de uma Norma
244 Brasileira de Arquivologia, informando sobre o nosso trabalho e solicitando que uma
245 eventual revisão de sua norma, já defasada, só ocorra após a aprovação final da norma
246 do CONARQ. Câmaras Técnicas - O Presidente passou à leitura das ações e dos prazos
247 estabelecidos no plano de trabalho. Em relação à Câmara Técnica de Avaliação foram
248 aprovadas as seguintes alterações: o prazo da Tabela Básica de Temporalidade... revisto
249 e atualizado foi alterado de 2000 para 2001; a promoção de cursos de capacitação
250 passou a integrar as ações da Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos,
251 que poderá promover cursos em colaboração com outras Câmaras, Comissões
252 Especiais, Grupos de Trabalho etc; o item Revisão da Tabela Básica... foi alterado para
253 Revisão Geral da Tabela Básica... Quanto à Câmara Técnica de Classificação de
254 Documentos, nenhuma ação foi destacada, uma vez que suas atividades, vêm sendo
255 desenvolvidas em conjunto com a de Avaliação de Documentos. A Câmara Técnica de
256 Documentos Eletrônicos foi apenas registrada, sem destaque para qualquer ação,
257 considerando que a mesma será reformulada para modificar o perfil de seus integrantes,
258 compatibilizando-os com os avanços da política governamental em tecnologia da
259 informação. Dado o avançado da hora, a sessão foi interrompida para o almoço.
260 Reiniciada a sessão, o Presidente fez um breve resumo sobre as alterações introduzidas
261 no programa de trabalho, propostas na parte da manhã e concluiu a análise do extrato da
262 18ª reunião do CONARQ, que foi aprovado com as alterações sugeridas. antes de passar
263 ao item 5 da Agenda, solicitou à Conselheira Izabel para rever as ações contidas no
264 programa de trabalho em relação à avaliação e classificação de documentos para, se for

265 o caso, serem submetidas ao Plenário, na reunião de amanhã. Igual solicitação seria feita
266 à presidente da Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos. Quanto à
267 Câmara de Documentos Eletrônicos, o Presidente informou que voltaríamos ao assunto
268 amanhã, quando será apresentada minuta de decreto sobre a matéria, para traçar o seu
269 novo perfil. Como as discussões do Plano Plurianual de Trabalho do CONARQ tiveram
270 início na 18ª reunião - item 5, e tiveram continuidade nesta 19ª reunião - item 4, as
271 alterações e proposições relativas ao Plano foram fundidas quando da apreciação do
272 Extrato da 18ª reunião, que se acabou de examinar. Apresentação de proposta das
273 "Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas". Após a
274 apresentação dos integrantes da Comissão especial designada para esse fim pela Portaria
275 nº 37, de 8-11-99, o Presidente passou a palavra a José Maria Jardim, presidente da
276 Comissão para proceder à exposição sobre os trabalhos. Iniciou dizendo que a
277 Comissão, face às constantes mudanças tecnológicas, optou por apontar diretrizes em
278 lugar de elaborar normas que, certamente, ficariam defasadas num curto espaço de
279 tempo. Continuando, apresentou a metodologia que foi utilizada na elaboração do
280 trabalho. Concluída a exposição de José Maria Jardim, o Presidente indagou se algum
281 Conselheiro teria algo a acrescentar e informou que o texto iria para a home-page do
282 CONARQ, onde ficaria por algum tempo disponível para receber sugestões dos
283 usuários em geral. Em seguida, consolidadas eventuais contribuições, o trabalho, além
284 de integrar nossa home-page, será publicado em papel, a exemplo das publicações sobre
285 a política municipal de arquivos e a de recomendações para construção de arquivos. A
286 Conselheira Mariza parabenizou o grupo, enfatizando suas qualidades didáticas. Em
287 seguida, o Presidente indagou dos Conselheiros se gostariam de examinar mais
288 detidamente alguns itens do trabalho, ao que responderam afirmativamente. Isto posto,
289 o Presidente iniciou a leitura a partir do item 3.1 - Ações Prévias. A propósito do item
290 4.2, a Conselheira Luciana pede esclarecimentos sobre as alíneas que tratam do "arranjo
291 e descrição" e "métodos de trabalho arquivístico". Após discutida a matéria, decidiu-se
292 fundir os dois itens, acrescentando explicações, a exemplo das demais alíneas. Quanto
293 ao item 4.3, a Conselheira Maria Odila sugere que seja incluído, na alínea que trata do
294 "domínio", um parágrafo alertando no sentido de que o uso do domínio.gov é
295 importante também sob o aspecto da segurança. Na alínea referente à "última
296 atualização", Jaime sugeriu a inclusão da expressão "data da". A propósito da alínea que
297 trata da "utilização de download" e suas notas explicativas de rodapé, bem como da
298 alínea que fala da "utilização de recursos gráficos...", Carlos Augusto Ditadi

299 acrescentou algumas informações para melhor entendimento do texto. Em seguida, a
300 Conselheira indagou se a Comissão se preocupou com a questão de cadastros de
301 usuários, perguntando se é recomendável ou não que as instituições tenham a prática de
302 fazer um cadastro de usuários de seus websites para determinados níveis de informação.
303 Carlos Augusto e José Maria Jardim prestaram informações, dizendo que em suas
304 pesquisas em websites de outras instituições, verificaram não ser usual tal
305 procedimento, uma vez que dificultaria e tornaria cansativa a navegação. Aproveitando
306 esse momento de rápida interrupção da leitura do documento, o Conselheiro Oswaldo
307 Noman manifestou sua opinião sobre o mesmo. Disse que ao proceder à leitura do
308 documento, sentiu que havia certo desbalanceamento, com ênfase para a área
309 tecnológica em detrimento da área arquivística. Como leigo nessa área, indagou aos
310 profissionais se essa percepção teria fundamento ou se, como não houve manifestação
311 dos especialistas presentes, poderia inferir que a área de arquivo estava bem coberta.
312 José Maria Jardim, Carlos Ditadi e a Conselheira Bila esclareceram não haver
313 necessidade de se detalhar os procedimentos arquivísticos, pois o trabalho é dirigido a
314 instituições de arquivo e, portanto, detentoras de conhecimento sobre o assunto. A
315 Conselheira Kátia sugeriu a inclusão de outro item a evitar: "páginas em construção".
316 Concluída a leitura, o Presidente ressaltou as alterações que foram introduzidas,
317 informando que o texto agora passará por um copidesque, para inclusão na home-page
318 do CONARQ, em publicações virtuais e para edição em papel. A capa da publicação
319 será semelhante às anteriores sobre políticas municipais e sobre recomendações para
320 construção de arquivos. A Conselheira Lana apresentou um voto de louvor pelo
321 excelente trabalho e parabéns aos membros da Comissão Especial. Antes de encerrar,
322 José Maria Jardim apresentou seus agradecimentos aos membros da Comissão e aos
323 Conselheiros pelas contribuições apresentadas; sugeriu que esse trabalho seja divulgado
324 pelo site do Arquivo Nacional e que seja criado um dispositivo para estimular a remessa
325 de sugestões, contribuições etc. Encerrando essa discussão o Presidente agradeceu a
326 todos os membros da Comissão. Prosseguindo, o Presidente voltou ao item referente ao
327 Plano de Trabalho do CONARQ conforme ficara decidido, lembrando as alterações
328 introduzidas em relação à transferência dos cursos previstos pela Câmara de Avaliação,
329 para a de Capacitação de Recursos Humanos. Solicitou à Conselheira Izabel para entrar
330 em contato com os membros da Câmara de Classificação, enquanto ele falaria com os
331 Presidentes das Câmaras de Capacitação de Recursos Humanos e de Conservação de
332 Documentos Eletrônicos numa só Câmara de Gestão de Documentos para saber se têm

333 algum programa plurianual que queiram incluir na programação do CONARQ. Quanto
334 à Câmara de Documentos Eletrônicos, o Presidente informou aos Conselheiros que há
335 algum tempo, no âmbito da Coordenação do CONARQ vem-se discutindo sobre a
336 oportunidade de se fundir as Câmaras de Avaliação, de Classificação e de Documentos
337 Eletrônicos numa só Câmara de Gestão de Documentos. Entretanto, tendo presente que
338 tais discussões são ainda muito tímidas e que o Governo Federal tem dado sinais bem
339 concretos de que está empenhado na transformação do governo em governo eletrônico,
340 e que a partir daí produzirá um efeito cascata para os estados e municípios de grande
341 porte, é importante que a Câmara de Documentos Eletrônicos seja reformulada para
342 atender as questões que certamente surgirão sobre documentos eletrônicos e a sua
343 regulamentação. Prosseguindo, o Presidente procedeu à leitura da programação das
344 Câmaras Técnicas de Conservação e de Capacitação de Recursos Humanos. Embora as
345 ações tenham sido arroladas, não foram indicadas as datas para sua realização. Sugeriu-
346 se a inclusão nas ações da Câmara Técnica de Recursos Humanos que se estimule a
347 criação de cursos de mestrado e de doutorado, e que nos planos de carreira das
348 instituições arquivísticas se considere, para fim de ascensão funcional, os profissionais
349 detentores de cursos de mestrado e doutorado. Concluídas as considerações, o
350 Presidente informou que encaminhará o Plano de Trabalho às Câmaras Técnicas para
351 complementação. Sobre o item referente à Reformulação de Câmaras Técnicas, como já
352 se disse anteriormente, terá que ser adiada para outra oportunidade. Assim, deverá ser
353 retirada do programa. Quanto ao Grupo de Trabalho do Poder Judiciário, como todas as
354 metas para o ano 2000 foram atingidas, o Presidente solicitou à Conselheira Rosemary
355 para atualizar sua programação para os próximos anos. A seguir, informou que o Grupo
356 de Trabalho de Arquivos Municipais foi instalado no dia 16 de dezembro e que o de
357 Arquivos Médicos encontra-se em fase de constituição. Na medida em que elaborarem
358 seus programas de trabalho, serão complementadas as informações. Feitas as
359 retificações e consolidações, com as datas, colocaremos esse documento na home-page
360 como programa de trabalho do Conselho, abrangendo o período de 2000-2004. Antes de
361 concluir, a Conselheira Kátia indagou do Presidente sobre a situação do projeto de
362 construção do Conjunto Cultural da República, em Brasília. A Conselheira Kátia
363 comunicou que foi elaborada uma Indicação, assinada em 12 de dezembro, pelo
364 Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, durante a 1ª Conferência
365 Nacional de Educação, Cultura e Desporto, evento que contou com a presença do
366 Presidente do CONARQ. A Indicação, que está tramitando na Câmara dos Deputados,

367 sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Cultura, a recondução do
368 Arquivo no Conjunto Cultural da República e a criação de uma Comissão Especial, para
369 elaboração de seu projeto conceitual, legal e organizacional. O Presidente aproveitou o
370 ensejo para historiar o assunto. A Conselheira Kátia pediu consentimento para distribuir
371 aos Conselheiros, cópia do documento. Concluindo, o Presidente informou que serão
372 distribuídas aos Conselheiros, cópias dos seguintes documentos: três ofícios aos
373 personagens envolvidos com o problema do Arquivo Público de Campos dos
374 Goytacazes, o documento fornecido pela Conselheira Kátia e Diário Oficial contendo
375 acordo firmado entre o Ministério Público de São Paulo e o Arquivo Público daquele
376 Estado. Cumprida a agenda programada, a sessão foi encerrada.